

CORREIO DE CAMPINAS

Por Raquel Valli

Darlene Testa



Reunião foi realizada em Mogi Mirim

Tourinho articula campus do Instituto Federal na região

O médico sanitário Pedro Tourinho (PT-SP), que foi vereador de Campinas por dois mandatos e candidato a prefeito da cidade por duas vezes, articula a instalação de um campus do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) na região, e, mais especificamente em Mogi Mirim. A previsão é que a unidade atenda de 1.200 a 1.400 estudantes, oferecendo gratuitamente cursos técnicos profissionalizantes e cursos superiores em diferentes áreas do conhecimento. Tourinho é pré-candidato a deputado federal, e, no mês passado, ao se reunir com o presidente Lula, solicitou um segundo campus em Campinas. O primeiro, no Campo Grande, foi articulado pelo próprio sanitário, enquanto vereador.

Educação pública

“Estamos falando de educação pública, gratuita e de qualidade, capaz de transformar vidas e abrir novos caminhos para milhares de pessoas”, afirma Tourinho. Em Mogi Mirim, participaram da reunião o prefeito Paulo Silva (MDB-SP); o secretário municipal de Desenvolvimento e Inovação Massao Hito; e o diretor do IFSP Campus Campinas Marcelo Garcia.

Câmara Municipal de Campinas



Encontro foi proposto por Romão (PT-SP)

Câmara debate privatização da água

A Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente e de Enfrentamento aos Efeitos Climáticos da Câmara realiza nesta terça-feira (2), às 17h, uma reunião de debate sobre a privatização da água e os impactos para o direito ao abastecimento. Integra a Semana do Meio Ambiente, voltada à conscientização da população e à mobilização da sociedade em defesa da preservação dos ecossistemas. Com o lema “Água não é mercadoria”, Wagner Romão (PT-SP), presidente da Frente, propôs o encontro.

Impactos da concessão

O vereador cita o cenário crítico da privatização da Sabesp, com aumento de reclamações e piora no serviço, apontando que o modelo pode atingir as barragens de Pedreira e Amparo, que pretendem abastecer Campinas e municípios da região, e alerta para consequências como falta de água, tarifas altas e redução da fiscalização.

PINGA-FOGO

Corajoso

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, adota uma postura firme diante do cenário político ao diagnosticar com precisão os desafios da democracia. A análise lúcida e corajosa da conjuntura nacional demonstra a capacidade de liderança de um homem público que não foge aos debates complexos.

Desonra

Durante a aula magna da Escola Jurídica (EJ) que ministrou no Campus I da PUC-Campinas, apontou o cerne do problema: “vivemos uma crise de credibilidade das instituições”, destacando-se pela coragem de expor as fragilidades do sistema sem cair no derrotismo e buscando construir pontes em meio à polarização.

Cidadania

“Nós temos que garantir que vamos honrar e respeitar a confiança que o cidadão deposita em cada um de nós” porque “no fundo, as instituições somos cada um de nós. As pessoas olham para o Supremo, para a PUC, para o município, mas elas veem pessoas que lideram essas instituições”, apontou, chamando às responsabilidades pessoais.

Falência moral

E “quando o povo diz que não vale mais a pena ser honesto, que não vale mais a pena cumprir as leis, não vale mais eu pagar meus tributos, não vale mais a pena tentar fazer o certo porque o que prevalece é o errado, então, nós caímos numa crise profunda de sociedade, acrescentou, evocando o efeito cascata visto diariamente no convívio da nação.

Perfídia

“Quando o povo perde a confiança nas instituições, deixa de acreditar nele mesmo enquanto sociedade” e apontou: “o dia que nós não respeitarmos essa relação de confiança, fazendo prevalecer interesses próprios, interesses corporativistas, interesses ilegítimos e terceiros, estamos rompendo essa relação”.

Autorresponsabilidade

Por fim, declarou: “temos que garantir que vamos honrar e respeitar a confiança que o cidadão deposita em cada um de nós”, referindo-se aos representantes populares, nas esferas municipais, estaduais e federais, para além dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.



Vereador terá que responder à Comissão Processante

Após malote, investigação contra Vini é aprovada

Parlamentar pode perder mandato, caso CP indique sanção

Por Raquel Valli

A Câmara instaurou uma Comissão Processante para apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP), que corre o risco de perder o mandato. A Casa irá investigá-lo após reportagem da TV Record mostrá-lo em uma reunião em uma empresa de ônibus, em Paulínia (SP), onde um malote é alimentado com envelopes suspeitos. O parlamentar deixou o local portando a caixa.

A visita ocorreu em 1º de abril, menos de um mês após o leilão da concessão do transporte público de Campinas (SP). Em vídeo, publicado nas redes sociais, Vini negou as acusações. Não participou da votação na Câmara por motivos de saúde. Está com atestado por tempo indeterminado.

A comissão foi aprovada por 29 votos. Para sê-lo, era necessária concordância por maioria simples dos parlamentares presentes em plenário. Havia 30 na Casa. O colegiado será formado pelos vereadores Paulo Haddad (PSD-SP), que será o presidente da CP, Otto Alejandro (PL-SP), que será o relator, e Dr. Yanko (PP-SP).

Já o pedido de CP foi protocolado pela vereadora Mariana Conti (PSol-SP). Um segundo pedido foi protocolado pelo ativista político Adriano Vieira

Novo, mas, o de Conti foi aceito por ter sido protocolado antes. Ambos passaram pelo crivo técnico da procuradoria da Câmara.

Mais uma

Um terceiro pedido foi protocolado por Aparecido José de Oliveira, mas sobre tema diferente. Aponta que o vereador teria nomeado uma funcionária para atuar como assessora parlamentar, mas que ela não presta serviço no gabinete de número 05.

O pedido de investigação da suposta servidora fantasma não foi aprovado pela Câmara. Foi rejeitado por 21 votos contrários, dos 29 parlamentares votantes naquele momento.

E mais uma

O vereador Nelson Hosrri (PSD-SP) declarou na tribuna que Vini teria acusado, no vídeo cujas partes foram editadas pela TV Record, que um outro parlamentar teria acariciado as partes íntimas de vereadores no plenário. Hosrri afirmou que, caso Vini não seja cassado por improbidade administrativa dadas as questões do malote, que deverá sê-lo por falta de decoro, referente a tais acusações de caráter sexual.

O vídeo teria cerca de uma hora e quinze minutos de duração e foi gravado na empresa de ônibus em Paulínia, onde Vini participou da reunião e saiu portando o malote suspeito.